



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL – REALIZADA NO DIA 13 DE JUNHO DE 2023

1 No dia treze de junho de dois mil e vinte e três, na sala de reuniões 902 do edifício sede
2 do Ministério do Trabalho e Emprego, foi realizada a 1ª Reunião Ordinária da Comissão
3 Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI).

4 Estiveram presentes na reunião os seguintes membros: **Representantes do Governo**
5 **Federal:** Roberto Padilha Guimarães e Luiza Carvalho Fachin, representantes titular e
6 suplente respectivamente do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Anne Caroline Luz
7 Grudtner da Silva, representante titular do Ministério da Saúde (MS); Erasto Fortes
8 Mendonça e Tereza Santos Faria, representantes titular e suplente respectivamente do
9 Ministério da Educação (MEC); Henrique Oliveira Santos, representante titular do
10 Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP); Ana Carla Costa Rocha, representante
11 titular do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
12 (MDS); Andreia Figueira Minduca, representante suplente do Ministério dos Direitos
13 Humanos e da Cidadania (MDH); **Representantes dos Trabalhadores:** Claudete Alves da
14 Silva e Joélia Rodrigues dos Santos Aguiar, representantes titular e suplente
15 respectivamente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); Iara
16 Alvarenga Freire, representante suplente da União Geral dos Trabalhadores (UGT); Maria
17 das Mercês Silveira Coutinho, representante titular da Central dos Sindicatos Brasileiros
18 (CSB); Felix Serrano de Barros, representante titular da Força Sindical (FS); Jessica Marques
19 de Rezende, representante titular da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST);
20 Leandra Cintia Alves Perpétuo, representante suplente da Central Única dos Trabalhadores
21 (CUT); **Representantes dos Empregadores:** Alessandra Dias da Cruz, representante titular
22 da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC); Raíssa Macedo
23 Lacerda Osorio, representante titular da Confederação Nacional do Transporte (CNT);
24 Carolina Carvalhais Vieira de Melo e Márcia Gonçalves de Almeida, representantes titular
25 e suplente respectivamente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA);
26 Wilson Correa de Araújo Neto, representante titular da Confederação Nacional das
27 Indústrias (CNI); Joicy Damares Pereira, representante titular da Confederação Nacional
28 de Saúde (CNSaude); **Representante do Sistema de Justiça:** Ana Maria Villa Real Ferreira
29 Ramos, representante titular do Ministério Público do Trabalho (MPT); **Representantes**
30 **da Sociedade Civil Organizada:** Katerina Volcov, representante titular do Fórum Nacional
31 de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI); Marta Volpi e Rozangela Borota
32 Teixeira, representantes titular e suplente respectivamente do Conselho Nacional dos
33 Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). **Convidados Permanentes:** Maria
34 Claudia Falcão, representante titular da Organização Internacional do Trabalho - OIT;

35 **Abertura:** O Sr. Roberto Padilha Guimarães iniciou a reunião cumprimentando a todos e
36 afirmando que era uma satisfação poder retomar os trabalhos da CONAETI. Destacou a
37 importância da Comissão como instância por excelência da gestão da política de combate
38 ao trabalho infantil. Enfatizou a necessidade de aceleração dos esforços para a busca da
39 erradicação do trabalho infantil no Brasil e que a responsabilidade do grupo era ainda
40 maior, tendo em vista a perspectiva de aumento significativo do trabalho infantil no Brasil



41 e que, com a divulgação do Censo, haverá mais clareza desse quantitativo. Explicou, para
42 os novos componentes, que a Comissão era a grande instância de gestão das políticas de
43 combate ao trabalho infantil e citou o Decreto nº 11.496, de 19 de abril de 2023, que a
44 regulamentou, cuja cópia foi entregue a todos os presentes. Destacou que a Comissão
45 consta a partir do artigo nono do Decreto e destacou o artigo décimo que cita as
46 competências da CONAETI e que o principal desafio para o ano de 2023 será a elaboração
47 do IV Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, já que o plano
48 anterior não está mais vigente, e que o segundo desafio será a avaliação do III Plano. Sobre
49 a estrutura da CONAETI, esclareceu que há o Plenário, que é formado por todos os
50 membros da CONAETI; a Coordenação, que é realizada pelos representantes do Ministério
51 do Trabalho e Emprego; a Secretaria Executiva, que também está no Ministério do
52 Trabalho e Emprego e será responsável por todo o trabalho relacionado à parte
53 administrativa, como elaboração de ata, convocação para reuniões etc.; e os Grupos de
54 Trabalho, que são subgrupos da CONAETI para o desenvolvimento de temas específicos
55 que serão levados a Plenário. Já, a composição da CONAETI está no artigo 12. Comentou
56 que uma novidade da CONAETI e que gostaria de chamar a atenção é o artigo 16 do
57 Decreto que trata do quórum de reunião, que é de maioria absoluta e o quórum de
58 aprovação é de maioria simples. Portanto, as deliberações da CONAETI serão por votação
59 direta dos membros, presente a maioria absoluta, com aprovação por maioria simples e,
60 em caso de empate, o voto de qualidade é do Coordenador da Comissão, logo, do
61 representante do Ministério do Trabalho e Emprego. Destacou também o artigo 17 que
62 trata do Regimento Interno da CONAETI, que será elaborado pela Coordenação e trazido
63 a Plenário para votação e aqui há a previsão de um quórum qualificado de aprovação, que
64 é por maioria absoluta. Declarou estar à disposição para esclarecer qualquer dúvida sobre
65 o Decreto e demais normas, desculpou-se pelo atraso e espera que as próximas reuniões
66 ocorram no mesmo local. Após, sugeriu que cada um se apresentasse e ele se apresentou
67 afirmando ser Auditor-Fiscal do Trabalho e Coordenador Nacional de Fiscalização do
68 Trabalho Infantil. Declarou atuar também como ponto focal do Ministério do Trabalho e
69 Emprego junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa na temática do trabalho
70 infantil, assim como na Iniciativa Regional América Latina e Caribe Livres de Trabalho
71 Infantil. Participa também do grupo relacionado ao trabalho infantil do Mercosul.
72 Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Luiza Fachin que se apresentou dizendo ser Auditora-
73 Fiscal do Trabalho, que atua junto à Coordenação Nacional de Fiscalização do Trabalho
74 Infantil e que está como suplente do Sr. Roberto Padilha Guimarães na representação do
75 Ministério do Trabalho e Emprego junto à CONAETI.
76 Após, a Sra. Katerina Volcov se apresentou informando estar como Secretária Executiva
77 do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e que convidava todas
78 e todos a conhecerem o site do FNPETI, onde há todas as informações institucionais e a
79 seguirem as suas redes sociais que divulga a campanha que estão desenvolvendo
80 juntamente com o Ministério do Trabalho e Emprego, o Ministério Público do Trabalho, a
81 Organização Internacional do Trabalho e a Justiça do Trabalho e que espera que a
82 Comissão possa fazer um bom trabalho. Declarou ser de São Paulo e que está há um ano
83 e meio em Brasília.
84 A Sra. Claudete Alves da Silva teve a palavra e declarou que representava a Central dos
85 Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e que se sentia muito honrada com o
86 convite feito pela Central. Explicou que nasceu já sendo escravizada e explorada no
87 trabalho infantil, que trabalhou em casa de família desde os 5 anos de idade, que esse
88 tema tem balizado a sua ação nos últimos 63 anos e que ela tem 63 anos de idade. Por
89 conta de ter sentido, na carne e na alma, levou-a a espaços que não seriam comuns a uma



90 mulher negra nesse país racista, machista, preconceituoso e tão explorador da maioria
91 dos grupos sociais. Afirmou ter fundado um sindicato único, o sindicato de educadores da
92 infância do Brasil e que presidia esse sindicato há 18 anos. Declarou que a militância é
93 nossa e “nossa” porque os feitos não são de uma pessoa só, mas coletivos. Também
94 representou a cidade de São Paulo por vinte e dois mandatos como vereadora, o que lhe
95 possibilitou a legislar inclusive em defesa da infância. Espera contribuir para essa temática
96 que lhe é tão cara e explicou estar acompanhada da vice-presidente da Central, a Sra.
97 Joélia Rodrigues dos Santos Aguiar, que a representará em sua ausência.
98 Após, a Sra. Iara Alvarenga Freire se apresentou e explicou que era suplente da Telma
99 Maria Cardia, que representava a União Geral dos Trabalhadores (UGT) e que era titular
100 da Secretaria da Criança e do Adolescente na UGT nacional e que também representava a
101 UGT na Iniciativa Regional América Latina e Caribe Livres de Trabalho Infantil. Disse que é
102 de Curitiba e que pertence à Federação dos Bancários do Paraná, onde tem um trabalho
103 com a Dra. Margareth Mattos, que é a Procuradora Chefe do Ministério do Trabalho, e que
104 estava ali para aprender e contribuir no que for possível.
105 A seguir, a Sra. Maria das Mercês Silveira Coutinho se apresentou afirmando ser do estado
106 de Pernambuco e que representa a Central dos Sindicatos Brasileiros. Disse ser professora
107 aposentada e presidente do Sindicato dos Professores de doze cidades no estado de
108 Pernambuco. Ela já trabalhou muito com criança e disse que vai aprender muito com
109 todos da Comissão e que gostaria de estar em um conselho sobre educação, mas que a
110 sua aprendizagem na Comissão também será muito importante.
111 A Sra. Anne Caroline Luz Grudtner da Silva, representante do Ministério da Saúde, explicou
112 que atua especificamente na Secretaria de Vigilância de Ambiente e Saúde, na
113 Coordenação Geral de Vigilância em Saúde do Trabalhador, que é uma das áreas
114 responsáveis por acompanhar a questão do trabalho infantil e que a sua experiência é em
115 relação à temática da violência e da saúde. Afirmou que fazia parte da Comissão do ano
116 passado e que estava ali para apoiar e agradecer.
117 A Sra. Alessandra Dias da Cruz disse representar a Confederação Nacional do Comércio de
118 Bens, Serviços e Turismo, que é do Rio de Janeiro e que é nova na Comissão e que estava
119 à disposição para contribuir e que tinha muito a aprender com o grupo e com todas as
120 ações que serão construídas no sentido da prevenção e da erradicação do trabalho infantil.
121 A Sra. Raissa Macedo Lacerda Osorio, representante da Confederação Nacional do
122 Transporte, disse que trabalha na gerência executiva de promoção social e performance
123 do SEST/SENAT, que é uma entidade do Sistema de Transporte, que é composto pela CNT,
124 ITL e SEST/SENAT.
125 A Sra. Carolina Carvalhais Vieira de Melo afirmou que trabalha na Confederação da
126 Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) como advogada da diretoria jurídica de Brasília.
127 Desejou a todos um ano muito bom em relação à erradicação do trabalho infantil e um
128 trabalho com muita parcimônia, que seja levado na melhor forma possível, com educação,
129 principalmente, e que esperava que todos fossem igualmente ouvidos e que fosse possível
130 implementar ações no sentido de erradicação. Finalizou dizendo que todos podiam contar
131 com ela e agradeceu.
132 O Sr. Wilson Correa de Araújo Neto declarou ser representante da Confederação Nacional
133 das Indústrias (CNI) e que fazia parte da Gerência Executiva de Relações do Trabalho.
134 Afirmou que o seu interesse é a representação da indústria, mas, claro, sem descuidar dos
135 interesses da infância, tema esse tão caro à sua entidade, que é o tema da erradicação do
136 trabalho infantil. Também fez votos de que a Comissão atue de forma harmônica, pois
137 estão todos juntos. Segundo ele, o interesse é convergente, os bons empresários são



138 aqueles que defendem as boas práticas e não compartilham com práticas condenáveis
139 como a do trabalho infantil. Ao final, agradeceu.

140 A Sra. Joicy Damares Pereira afirmou ser coordenadora jurídica da Confederação Nacional
141 de Saúde (CNSaúde) e que estava à disposição para contribuir com os trabalhos.

142 A Sra. Ana Maria Villa Real Ferreira Ramos afirmou ser Procuradora do Trabalho e
143 Coordenadora Nacional da Coordenadoria de Combate ao Trabalho Infantil e Defesa e
144 Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes. Espera que esse ano, diferentemente
145 dos anos anteriores, o grupo possa ter trabalhos profícuos, sem discurso retórico na
146 defesa dos interesses de crianças e de adolescentes e na erradicação do trabalho infantil.
147 Declarou que ontem teve a felicidade de substituir o Procurador-Geral na solenidade de
148 posse e que esqueceu de falar, para quem está chegando agora, que a Comissão, no ano
149 passado, não conseguiu emitir uma nota contra a PEC nº 18 de 2011, que reduz a idade
150 mínima para o trabalho e em relação à aprendizagem profissional, que é uma das maiores
151 estratégias de combate ao trabalho infantil, o que é vergonhoso para uma Comissão
152 Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, por interesses outros. Assim, essa questão
153 de todos falarem que estão unidos em prol da erradicação trabalho infantil não pode ser
154 retórica, tem que ser verdadeira. Disse que todos estão ali para combater o trabalho
155 infantil e não para ficar de “lero-lero”, como foram os três anos anteriores nessa Comissão.
156 Explicou que estava sendo bem enfática e que, realmente, alguns podem até ver como
157 falta de educação, mas que, realmente, passaram três anos e nada foi feito pela infância
158 no Brasil. Então, se as entidades empregadoras, que representam os empregadores
159 querem realmente erradicar o trabalho infantil, devem se esforçar na melhoria da
160 educação, no debate de cadeia produtiva, de fomento da cota de aprendizagem, no
161 cumprimento da cota de aprendizagem das empresas, pois o que se vê no Judiciário
162 brasileiro são as empresas, os sindicatos e confederações empresariais contra a cota de
163 aprendizagem, bem como a favor da redução da idade mínima para o trabalho. Portanto,
164 é preciso realmente sair do discurso. O tempo urge e nós estamos atrasados. Citou a fala
165 do dia anterior do Diretor-Geral da OIT, de que houve um retrocesso de dez anos, que é
166 necessário correr e que não é mais possível ficar de muito “blá, blá, blá”, dizendo que
167 comungamos dos mesmos interesses. Na verdade, muitas vezes não comungamos do
168 mesmo interesse. Finalizou desejando um profícuo trabalho e que se possa trabalhar com
169 verdade. Não é parcimônia, mas com muita verdade e honestidade de propósito e
170 agradeceu.

171 Em seguida, a Sra. Leandra Cintia Alves Perpétuo se apresentou dizendo que era de São
172 Paulo e que estava como suplente da Sra. Cristiana Paiva Gomes, representando a Central
173 Única dos Trabalhadores, que fazia parte do Fórum e da Iniciativa Regional pela
174 Confederação Sindical das Américas. Disse que está nessa luta há 20 anos, que trabalha
175 na assessoria da CUT e é socióloga de formação.

176 O Sr. Henrique Oliveira Santos, representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública,
177 informou que era Delegado da Polícia Federal e que, atualmente, era o Chefe da Divisão
178 de Repressão ao Trabalho Forçado na Polícia Federal. Explicou que trabalha muito com o
179 Maurício e com o Rafael na DETRAE e que era a primeira vez que participava da CONAETI
180 e que estava à disposição para poder ajudar e aprender com todos os presentes.

181 A Sra. Jessica Marques de Rezende se apresentou como representante da Nova Central
182 Sindical de Trabalhadores, que era Diretora da Infância, Adolescência e Juventude da Nova
183 Central e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade, onde
184 há um trabalho muito importante de resguardo da infância. Afirmou que esperava poder
185 contribuir para que se efetive aquilo que é necessário para a erradicação do trabalho
186 infantil. Explicou ser advogada e mineira, de Belo Horizonte, e que também faz parte da



187 Diretoria Jurídica da Federação Nacional dos Trabalhadores em Instituições Benéficas,
188 Religiosas e Filantrópicas, que possui uma atuação na aprendizagem profissional na ponta
189 e enfatiza que é preciso olhar com muito carinho essas instituições do terceiro setor, que
190 executam muito bem essas atividades. Finalizou dizendo que esperava poder contribuir e
191 aprender bastante com todos e agradeceu.

192 A Sra. Marta Volpi disse que representa a Fundação Abrinq no Conanda - Conselho
193 Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e que estava na CONAETI como
194 representante do CONANDA. Explicou que a Fundação é uma entidade que defende
195 direitos de crianças e adolescentes desde 1990 e que o combate ao trabalho infantil é a
196 sua principal causa, desde a sua fundação e que estava ali para fazer coro junto a essa
197 grande luta. Comentou sobre os dados assustadores desse último período e que veio para
198 somar, pela primeira vez junto à CONAETI e que espera poder contribuir à altura da
199 responsabilidade e agradeceu.

200 O Sr. Erasto Fortes Mendonça, representante do Ministério da Educação, disse que atuou
201 como coordenador da área de políticas educacionais em Direitos Humanos e que participa
202 também, como representante do Ministério da Educação, do Comitê Intersetorial Contra
203 a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, do Ministério dos Direitos Humanos e
204 Cidadania. Explicou ser professor de origem da área de políticas públicas de educação na
205 Universidade de Brasília e que era um aposentado ativo.

206 O Sr. Felix Serrano de Barros disse ser de São Paulo e que estava representando o
207 presidente Miguel Torres, da Força Sindical, da qual ele também faz parte, assim como da
208 Federação de Transporte no estado de São Paulo, que representa dois milhões de
209 trabalhadores. É também diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores em
210 Transporte. Em seguida, cumprimentou todos e disse ter ficado muito emocionado com a
211 fala da sua amiga de São Paulo, porque ele tem 47 anos de idade e também foi vítima de
212 trabalho infantil. Começou a trabalhar com 8 anos e só começou a estudar depois dos 36
213 anos de idade. Contou que seu pai era comerciante e que possuía uma padaria e que
214 achava que ele deveria ficar trabalhando e não brincando. Disse que não soube o que é
215 empinar pipa, ou ter uma bolinha de gude. Contou que o pai dele achava que ele tinha
216 que trabalhar e não estudar. A maior parte do tempo de sua infância foi trabalhando e
217 hoje ele vê o que o trabalho infantil tira de uma criança. Declarou acreditar que Deus o
218 colocou na Comissão. Confessou que ficou meio perdido quando soube que o presidente
219 o indicou, mas, quando se deparou com cada um viu que Deus escreve certo por linhas
220 tortas e afirmou estar ali representando a sua Federação, Confederação e Central para
221 contribuir com todos os trabalhos da CONAETI e finalizou agradecendo.

222 A Sra. Ana Carla Costa Rocha, representante titular do Ministério do Desenvolvimento e
223 Assistência Social, Família e Combate à Fome, explicou que atua na Secretaria Nacional de
224 Assistência Social e que é coordenadora do PETI, trabalho escravo, tráfico de pessoas e
225 medidas socioeducativas em meio aberto. O seu suplente é o Sr. Francisco Coullanges
226 Xavier, que possui uma longa trajetória nos comitês e nas comissões de enfrentamento.
227 Afirmou que estão ali para trazer, debater, aprender, contribuir, construir e avançar no
228 debate das formas de erradicação. Enfatizou que a aprendizagem não pode ser a única
229 solução, sob o risco de se cair naquela retórica de que filho de pobre trabalha e filho de
230 rico estuda. Afirmou que é preciso caminhar pensando em outras perspectivas, como a
231 inclusão na educação, na saúde e em várias outras políticas públicas, como está fazendo
232 o MDS atualmente, principalmente, com a Secretaria Nacional de Cuidados. Finalizou
233 agradecendo.



234 A Sra. Maria Cláudia Falcão se apresentou e disse que representava a Organização
235 Internacional do Trabalho, a OIT e que era responsável pelas áreas de combate ao trabalho
236 infantil e trabalho escravo.

237 Em seguida, a Sra. Iara Alvarenga Freire tomou a palavra e comentou que gostaria de fazer
238 um registro do qual havia se esquecido. Citou que os mais antigos devem ter conhecido a
239 Sra. Rumiko. Ela está há algum tempo muito doente e não vai mais voltar às atividades.
240 Explicou que sua situação está bem difícil e que ela está fazendo hemodiálise três vezes
241 por semana e que possui bastante idade. Queria deixar isso registrado e agradecer por
242 seu longo trabalho durante todo esse tempo.

243 Após, o Sr. Roberto Padilha Guimarães pediu para quem chegou depois que se
244 apresentasse.

245 A Sra. Andreia Figueira Minduca se apresentou e disse ser a representante suplente do
246 Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e que era Coordenadora Geral de
247 Combate ao Trabalho Escravo e atuava também como Secretária Executiva da Comissão
248 Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo e que pretendia contribuir aqui com os
249 trabalhos. Comentou que o trabalho escravo é um problema estrutural, que muitas vezes
250 se inicia na infância. Citou a fala da Sra. Ana Maria Villa Real Ferreira Ramos e que também
251 esperava que a Comissão possa efetivar ações e políticas públicas de forma colaborativa e
252 propositiva. Explicou estar como suplente e que a titular é a Sra. Isadora Brandão Araújo
253 da Silva, Secretária Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, e que as duas
254 irão acompanhar os trabalhos da Comissão.

255 O Sr. Roberto Padilha Guimarães retomou a palavra, agradeceu à Sra. Andreia Figueira
256 Minduca e comentou que, feitas as apresentações, daria início aos trabalhos. Perguntou
257 se todos receberam um documento com a agenda da reunião e que, quem fosse se
258 manifestar, que dissesse seu nome e a instituição que representa para elaboração da ata,
259 já que a reunião estava sendo gravada. Em seguida, pediu para colocar a agenda da
260 reunião em deliberação e que, quem tivesse alguma questão a ser levantada que
261 assinalasse.

262 A Sra. Iara Alvarenga Freire declarou que gostaria de sugerir que as reuniões pudessem
263 ser híbridas.

264 O Sr. Roberto Padilha Guimarães comentou que essa solicitação já tinha sido feita e que
265 vão verificar essa possibilidade e que o próximo ponto de discussão seria a agenda de
266 reuniões. Em seguida, deu a palavra à Sra. Ana Maria Villa Real Ferreira Ramos, do
267 Ministério Público do Trabalho.

268 A Sra. Ana Maria Villa Real Ferreira Ramos desejou boas-vindas e boa sorte ao Sr. Roberto
269 Padilha Guimarães na condução dos trabalhos e que gostaria de fazer um registro que
270 havia esquecido na sua fala inicial. Comentou que houve uma evolução, pois a Comissão
271 é multipartite, mas, que gostaria de fazer um registro que constasse em ata, que é pensar
272 na representação dos adolescentes: “nada sobre nós, sem nós”. Explicou que todos os
273 conselhos que envolvem a temática da infância estão com representações, como o
274 CONANDA, por exemplo. Afirmou que, no decreto que foi editado, não houve tempo hábil
275 para se pensar nessa questão, na forma de participação dos adolescentes, mas que não
276 há como dar andamento aos trabalhos, sem que os adolescentes estejam representados
277 para que possam debater os seus próprios destinos, as violações de que são vítimas.
278 Finalizou dizendo que o colegiado precisava se debruçar sobre essa pauta e agradeceu.

279 Em seguida, a Sra. Claudete Alves da Silva pediu a palavra e comentou que observou, no
280 Decreto, que os encontros da Comissão serão bimensais. Indagou se seria isso mesmo.

281 O Sr. Roberto Padilha Guimarães observou que o primeiro ponto da agenda da reunião é
282 exatamente para tratar dessa questão.



283 A Sra. Claudete Alves da Silva comentou que o esclarecimento não tem a ver com a
284 periodicidade das reuniões, e sim, que, daqui a dois meses, não saberá se terão algum
285 momento para poder propor uma ação efetiva, tendo em vista o material distribuído.
286 Comentou que, por esse motivo, gostaria de sugerir alguns encaminhamentos para não
287 precisar aguardar uma próxima reunião.

288 O Sr. Roberto Padilha Guimarães respondeu que sim e explicou que o último ponto da
289 pauta da reunião são temas gerais e que haverá oportunidade de se levantar essas
290 questões. A seguir, comentou que, aprovada a agenda, terão que pensar, como prioridade,
291 a questão do Plano Nacional. Propôs que se fizesse uma proposta de agenda já com
292 algumas datas para reuniões ordinárias, que ocorreriam, em princípio, na mesma sala em
293 que estava ocorrendo essa primeira reunião, de maneira presencial, e que poderiam
294 estudar a possibilidade de fazer reuniões híbridas. Comentou que a reunião híbrida tem
295 as suas vantagens, pois há custos, principalmente para quem não é de Brasília, mas, por
296 outro lado, foi estabelecida uma agenda de reuniões mais espaçada de forma presencial.
297 A ideia seria de que as reuniões ordinárias fossem presenciais, uma a cada dois meses,
298 mas que, para que fosse produtivo, haveria reuniões extraordinárias telepresenciais, em
299 que há possibilidade de todos participarem e de se fazer reuniões mais operativas em
300 relação ao trabalho. O problema da reunião híbrida é que, para as pessoas que estão
301 *online*, as intervenções são mais complicadas e comentou que, se for a vontade de todos,
302 poderão estudar uma forma de as reuniões ordinárias serem híbridas. Enfatizou que não
303 é algo fácil e que terão que ver a parte técnica, porque há o problema de captação do som
304 e que precisam analisar se será realmente interessante e que gostaria de primeiro inserir
305 a proposta de reuniões ordinárias e propor, como primeira reunião ordinária, o dia 15
306 de agosto, presencial, naquele mesmo local e propôs a segunda reunião ordinária no dia
307 17 de outubro.

308 A Sra. Andreia Figueira Minduca observou que seria a segunda reunião ordinária, já que a
309 primeira seria a que estava ocorrendo naquele momento.

310 O Sr. Roberto Padilha Guimarães comentou que foi muito bem observado e corrigiu a sua
311 fala anterior: segunda reunião ordinária em 15 de agosto, terceira reunião ordinária em
312 17 de outubro e a quarta reunião ordinária em 12 de dezembro. Explicou que essa seria a
313 proposta e que as reuniões extraordinárias ocorreriam nas seguintes datas, na modalidade
314 telepresencial: primeira reunião em 18 de julho.

315 A Sra. Katerina Volcov comentou que estava pensando sobre a questão de as reuniões
316 serem ou não híbridas e que as reuniões extraordinárias são reuniões de trabalho em que
317 há inclusive discussões. Observou que todas as reuniões da CONAETI de que participou
318 foram telepresenciais. Ela acredita que seja fundamental que as reuniões ordinárias
319 também tenham essa possibilidade, porque se é possível fazer as extraordinárias *online*
320 também será possível fazer as ordinárias. Observou que há entidades que têm mais
321 dificuldades econômicas para comprar passagem para Brasília.

322 A Sra. Marta Volpi pediu a palavra e afirmou fazer coro com a Sra. Katerina Volcov. Disse
323 que acredita que a possibilidade de ser híbrida é positiva e que inclusive possibilitaria que
324 os suplentes participassem das reuniões e que, por mais que eles não tenham direito ao
325 voto quando os titulares estão presentes, as contribuições e a força de trabalho são
326 fundamentais. Comentou que isso ocorre em diversos conselhos e que o formato híbrido
327 permitiria esse reforço. Ao final, agradeceu.

328 A Sra. Maria das Mercês Silveira Coutinho perguntou se, no dia 17 de outubro, será a
329 terceira reunião. Gostaria de saber por conta de gastos com passagens.

330 Roberto Padilha Guimarães esclareceu que há duas questões a serem tratadas: a questão
331 das datas e da modalidade de reunião.



332 A Sra. Carolina Carvalhais Vieira de Melo pediu a palavra e perguntou sobre os horários
333 das reuniões.

334 O Sr. Roberto Padilha Guimarães explicou que será outro ponto a tratar. Sugeriu fecharem
335 as datas e depois o horário. Datas: 1) Reunião extraordinária dia 18 de julho,
336 telepresencial. 2) Segunda reunião ordinária em 15 de agosto. 3) Para a terceira reunião
337 ordinária, há duas propostas de datas: dia 03 e dia 17. Explicou que a ressalva que se faz
338 com o dia 03 é o espaçamento com relação à quarta reunião ordinária em dezembro e que
339 talvez houvesse um espaço muito grande entre elas. Comentou que, se alguém tiver algum
340 problema, no dia 17, por causa do retorno de feriado, é possível se fazer uma reunião
341 híbrida. Após votação, ficou acordada, para o dia 17 de outubro a terceira reunião
342 ordinária. 4) E, a quarta reunião ordinária, no dia 12 de dezembro. Todos concordaram.
343 Horários: sugeriu que, para aproveitar o turno da manhã, o ideal seria começar às 9h. Já,
344 no turno da tarde, sugeriu início às 14h para que cada reunião possa durar, no mínimo, 3
345 horas.

346 A Sra. Iara Alvarenga Freire sugeriu que, por questões de custos, seria melhor no período
347 da tarde, pois ela vem do Sul e são poucos voos. Assim, poderia pegar um voo de manhã,
348 chegar na metade da manhã e voltar no mesmo dia, à noite.

349 O Sr. Roberto Padilha Guimarães colocou em votação e pediu para que, quem concordasse
350 com o período da tarde, que se manifestasse. Ficou decidido o período da tarde: quinze
351 pessoas a favor do período da tarde. Reunião ordinária das 14h às 17h. Em seguida,
352 comentou que é preciso haver um propósito para as reuniões extraordinárias e que já
353 antecipou, porque haverá uma questão relacionada ao regimento interno e que o objetivo
354 é deixar as reuniões extraordinárias para resolver questões operacionais e que outras
355 reuniões extraordinárias seriam agendadas futuramente, mas, que ocorreriam com
356 certeza, pois haverá muito trabalho ao longo do ano. Pauta de reuniões fechada.

357 A Sra. Raíssa Macedo Lacerda Osorio pediu a palavra e perguntou se a reunião do dia 18
358 de julho seria extraordinária, telepresencial, das 14h às 17h.

359 O Sr. Roberto Padilha Guimarães respondeu que sim e observou que as reuniões
360 extraordinárias serão sempre telepresenciais e que as reuniões ordinárias poderão ser
361 híbridas. Comentou que quem fosse participar no formato *online* da reunião ordinária que
362 avisasse com uma antecedência mínima quinze dias. Porque, se todos estiverem
363 presentes, não precisariam preparar todo o equipamento para uma reunião virtual.
364 Perguntou se todos concordam.

365 A Sra. Andreia Figueira Minduca sugeriu que sempre se deixe ajustado para reunião no
366 formato híbrido, porque é difícil prever questões de agenda.

367 O Sr. Roberto Padilha Guimarães afirmou que só propôs dessa forma para saber quem
368 estaria no híbrido, por causa da questão de disponibilização de *links*. Seria realmente só
369 para ter uma previsão para melhor organização da reunião.

370 A Sra. Ana Maria Villa Real Ferreira Ramos indagou se as datas de todas as reuniões
371 extraordinárias já haviam sido definidas.

372 O Sr. Roberto Padilha Guimarães respondeu que não e que só havia sido definida a data
373 de uma reunião extraordinária para julho. Explicou que as demais serão agendadas à
374 medida do andamento dos trabalhos.

375 A Sra. Ana Maria Villa Real Ferreira Ramos comentou achar o formato híbrido mais
376 democrático.

377 O Sr. Roberto Padilha Guimarães afirmou que o formato será híbrido e que somente
378 gostaria de uma previsibilidade mínima para fins de organização.



379 A Sra. Ana Maria Villa Real Ferreira Ramos sugeriu sobre a pauta das prioridades, a questão
380 da representação dos adolescentes e, se realmente, conseguirem trazer os adolescentes,
381 a possibilidade de participação no formato híbrido seria fundamental.

382 O Sr. Roberto Padilha Guimarães voltou a afirmar que a questão do formato híbrido é
383 tranquila, só pediu que avisem para que haja uma previsibilidade mínima.

384 A Sra. Ana Carla Costa Rocha comentou que, a título de solidariedade, as instituições que
385 forem encaminhar seus representantes e que tiverem dificuldade em conseguir lugar para
386 ficar, ela dispõe de até duas acomodações onde ela mora.

387 O Sr. Roberto Padilha Guimarães fez um resumo das reuniões: a) primeira reunião
388 extraordinária, dia 18 de julho, na modalidade telepresencial, das 14h às 17h; b) segunda
389 reunião ordinária, dia 15 de agosto, na modalidade híbrida, das 14h às 17h; c) terceira
390 reunião ordinária, dia 17 de outubro, na modalidade híbrida, das 14h às 17h; d) quarta
391 reunião ordinária, dia 12 de dezembro, na modalidade híbrida, das 14h às 17h. Avisou
392 que, quem vier presencialmente, em princípio, as reuniões serão nessa mesma sala e que
393 avisarão caso ocorra alguma mudança. A seguir, passou para o segundo ponto da agenda:
394 comunicações internas da CONAETI. Comentou que haverá dois meios de comunicação:
395 e-mail, para as comunicações mais formais, e WhatsApp, para comunicações mais
396 informais e que vão criar um grupo com o telefone de todos os presentes e que não
397 utilizarão o grupo anterior da CONAETI, porque muitas pessoas já não estão mais. Disse
398 que vão criar um grupo no WhatsApp denominado "CONAETI 2023" para comunicações
399 mais informais. Pediu para que a comunicação no grupo foque somente em questões da
400 CONAETI e que, por *email*, irão as comunicações mais formais. As comunicações por *email*
401 serão encaminhadas para o titular e para o suplente. Os suplentes também farão parte do
402 grupo de WhatsApp.

403 Em seguida, a Sra. Katerina Volcov pediu esclarecimentos no sentido do que poderá ou
404 não ser compartilhado especificamente no grupo de WhatsApp.

405 O Sr. Roberto Padilha Guimarães propôs que, nas próprias reuniões, seja dado espaço para
406 informes, campanhas e, deixar, para o grupo da CONAETI, as comunicações internas e,
407 quando houver uma questão sendo tratada, que não se coloquem outros assuntos para
408 não se perder o encadeamento das discussões.

409 A Sra. Katerina Volcov comentou que materiais institucionais da própria instituição do
410 representante serão encaminhados em outros grupos e que, no grupo específico da
411 CONAETI, serão encaminhados os documentos que se referirem especificamente à
412 CONAETI, como agenda, grupo de trabalho.

413 O Sr. Roberto Padilha Guimarães concordou e agradeceu por resumir tão bem a questão.
414 Comentou que o *email* que será utilizado para a CONAETI para outras comunicações e até
415 para comunicações externas será trabalhoinfantil@mtp.gov.br. E citou que trouxeram uma
416 informação sobre a viabilidade da reunião híbrida e que a reunião de dezembro teria que
417 ser no dia 11 ou 14. Decidiram que seria o dia 14.

418 A Sra. Marta Volpi comentou que essa data coincide com a agenda do CONANDA, pois
419 estarão em assembleia nos dias 13 e 14 de dezembro.

420 O Sr. Roberto Padilha Guimarães disse então que verão outras possibilidades e que já
421 retornam a essa questão e que passarão ao ponto seguinte da pauta: Regimento Interno
422 da CONAETI. E citou que, conforme o artigo 17 do Decreto, cabe à Coordenação a
423 elaboração do Regimento Interno e que será levado a plenário para aprovação. Avisou que
424 tentarão fazer o mais rápido possível para que não se perca muito tempo com o tema,
425 como houve com o Regimento Interno anterior, para que ele não se torne um fim em si
426 mesmo. O objetivo será o de tornar a CONAETI mais ágil e operativa possível. O objetivo
427 não é fazer um Regimento complexo. A questão de votação, de quórum de aprovação, as



428 instâncias da CONAETI já estão no Decreto, ou seja, a estrutura básica da CONAETI já está
429 no Decreto. No Regimento Interno, só serão estabelecidas as questões mais operacionais.
430 Propôs que, na reunião extraordinária do dia 18, o Regimento Interno seja colocado em
431 votação e que a minuta será encaminhada para análise, por *email*, no máximo, até o dia
432 10 de julho. No dia 18, um dos temas da reunião extraordinária será a conclusão da
433 proposta do Regimento Interno. E então terão a estrutura da CONAETI finalizada. Em
434 seguida, ele retomou a pauta e foi para o Tema 2.4: Prioridades da CONAETI para 2023.
435 Afirmou ser um ponto importantíssimo, pois já estão na metade do ano e há alguns
436 trabalhos e temas pendentes da CONAETI anterior que terão que ser resolvidos.
437 Comentou que elencou alguns temas como prioritários e que gostariam de colocar para o
438 grupo. O primeiro é o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, pois
439 o anterior não está mais vigente. O segundo é a avaliação do Plano Nacional que passou.
440 São dois temas importantes de competência específica da CONAETI que estão, inclusive,
441 no Decreto. São dois temas que se completam, porque um dos pontos de um novo plano
442 é a avaliação do plano anterior. Comentou dos problemas que houve para avaliação do
443 Plano anterior devido à pandemia. Outro tema, não muito prioritário, seria o fluxo
444 nacional de atendimento de crianças e de adolescentes em situação de trabalho infantil,
445 tal como existe hoje no trabalho escravo. O terceiro ponto, e este seria um ponto novo,
446 seria a respeito da implementação das Comissões Estaduais de Prevenção e Erradicação
447 do Trabalho Infantil. Comentou que, talvez não seja possível, em 2023, mas poderia ser
448 uma missão da CONAETI: que cada estado tenha a sua Comissão Estadual, pois ela
449 potencializa as políticas e faz com que os órgãos estaduais conversem e depois expandir
450 para as Comissões Municipais, começando pelos grandes municípios, muitos até já
451 possuem suas comissões, indo para municípios médios e assim por diante. Citou que as
452 Comissões Estaduais podem fazer seus planos em uma esfera muito mais operativa do que
453 o Plano Nacional, que é algo mais amplo. Comentou sobre o Plano Estadual do Rio Grande
454 do Sul que está sendo construído e que está ficando excelente em termos operativos
455 concretos e é um plano para dez anos.

456 Em seguida, a Sra. Katerina Volcov comentou que, no ano passado, houve dois grupos de
457 trabalho: um sobre avaliação do Plano e outro sobre os fluxos e que algumas pessoas que
458 estavam presentes também participaram. Afirmou que o FNPETI participou do grupo de
459 trabalho dos fluxos e que quem liderava era o Sr. Francisco Coullanges Xavier, do atual
460 Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. E
461 perguntou se os dados foram sistematizados, o que há de informações. E, a seguir
462 ressaltou a importância de tratar dos fluxos de atendimento, pois enquanto representante
463 do FNPETI, percebeu junto aos fóruns que há muita confusão sobre essa questão, inclusive
464 que membros do fórum se sentem à parte desse fluxo. Enfatizou que acha necessário que
465 alguns atores participem dessa construção, como a Polícia Rodoviária Federal, que já vem
466 fazendo um trabalho com o mapear, a Defensoria Pública da União, como entidades para
467 serem convidadas e participarem efetivamente dessa construção. Ressaltou que o fluxo,
468 dentro do Plano Nacional, é fundamental. Não são questões separadas, mas precisam ser
469 vistas de modo mais sistêmico, organizado e intersetorial. Sugeriu que se coloque a
470 questão como prioritária e que se criem grupos de trabalho dentro do modelo proposto
471 no Regimento: grupos de trabalho pontuais com duração de “x” dias, podendo ser
472 prorrogados por mais tantos dias. Já sobre o terceiro ponto, a respeito das comissões, ela
473 sugeriu encaminhar a questão para os fóruns estaduais até mesmo para ouvi-los e que
474 sabe que esse será um momento posterior diante da tarefa hercúlea do Plano Nacional.
475 Ao final da sua fala, voltou à indagação inicial e perguntou se terão acesso aos materiais
476 para começar a construir o Plano Nacional.



477 Em seguida, o Sr. Roberto Padilha Guimarães explicou que não recebeu os materiais da
478 gestão anterior da CONAETI. Afirmou ter solicitado várias vezes, especialmente os
479 documentos relacionados às planilhas das ações que foram realizadas em relação ao Plano
480 e nada recebeu. Comentou que, infelizmente, a Fátima não está mais, mas que pode
481 entrar em contato com ela para aproveitar o trabalho que já foi feito.

482 A Sra. Ana Maria Villa Real Ferreira Ramos comentou que teve uma reunião com a Fátima
483 e que ela afirmou que estava compilando os dados da CONAETI e que gostaria de fazer
484 coro com a Katerina com relação à questão do fluxo e da necessidade de inserir a DPU e a
485 PRF e lembrou que a DPU já tinha iniciado o trabalho do fluxo do primeiro amparo e que
486 ela estava coordenando a montagem desse fluxo de atendimento, justamente porque a
487 PRF tinha feito essa provocação em relação à questão dos resgates de crianças e de
488 adolescentes em situação de exploração sexual. Em seguida, afirmou que gostaria de
489 propor a questão da representatividade dos adolescentes, pois achava complicado
490 avançar as pautas sem a presença deles. Ressaltou que gostaria que esse fosse um tema
491 prioritário. Comentou ter se reunido com Maria Claudia Falcão, da Organização
492 Internacional do Trabalho, para elaborar alguns projetos comuns dada a sinergia que se
493 formou entre as duas instituições e que gostaria de trazer para a CONAETI: o
494 monitoramento do Plano Nacional e a construção do Plano Nacional. Explicou que foi
495 formalizada uma espécie de convênio em que o Ministério Público do Trabalho repassa
496 recursos para a Organização Internacional do Trabalho. São dois projetos comuns entre as
497 duas instituições que gostariam de levar para o colegiado da CONAETI. Já, em relação ao
498 Plano passado, o MPT implementou uma boa parte das ações dentro do que a pandemia
499 permitiu e disse que acredita que o monitoramento será rápido porque foram feitas
500 poucas coisas e muito foi desarticulado no governo passado. Ao final, comentou que a Sra.
501 Maria Claudia Falcão poderia complementar sobre os projetos comuns caso quisesse.

502 A Sra. Maria Claudia Falcão pediu, então, a palavra e comentou que há, entre a OIT e o
503 MPT, um Memorando de Entendimento e que uma das ações é de apoio à CONAETI para
504 algumas das suas prioridades e que foram elencados o monitoramento do Plano e a
505 elaboração de um novo Plano e que acreditava que deveria haver uma sequência: começar
506 pelo monitoramento e, a partir dos resultados desse monitoramento, ir para a elaboração
507 de um novo Plano. Afirmou que tudo o que foi elaborado para a CONATRAE poderia servir
508 para a CONAETI e que acreditava ser importante que houvesse alguma consultoria que os
509 apoiasse e isso é possível por meio desse Memorando de Entendimento que houve entre
510 o MPT e a OIT. Enfatizou colocar à disposição uma ferramenta que a OIT desenvolveu em
511 conjunto com o MPT, que é o “Monitora 8.7”. Explicou que o Plano de Trabalho Escravo foi
512 monitorado por essa ferramenta e uma série de planos estaduais também o foram, assim
513 como está sendo utilizada internacionalmente pelo Equador, Peru, Iniciativa Regional.
514 Afirmou ser uma ferramenta interessante que, juntamente com o acompanhamento de
515 uma consultoria, poderá facilitar muito o trabalho, principalmente, considerando que
516 muitos dos que estão aqui, não ficam em Brasília. Assim, onde as pessoas estiverem, elas
517 poderão preencher as suas ações sem a necessidade de qualquer compilação, pois o
518 próprio sistema fará isso. Em relação ao fluxo, disse que a CONATRAE também serve como
519 exemplo e afirmou ser interessante fazer um grupo de trabalho que pense nesse fluxo e
520 que apresente depois para a Comissão para validação final. Sugeriu então a criação de um
521 grupo e alguém que acompanhe e que medie todo o processo, pois não é simples
522 construir um fluxo, especialmente no caso do trabalho infantil onde existem algumas
523 diferenciações. Em relação às comissões estaduais, reforçou o ponto exposto pela Katerina
524 e afirmou ter dúvidas com relação ao trabalho infantil sobre como potencializar sem que
525 se torne uma concorrência com os fóruns estaduais. Citou que, no caso do trabalho



526 escravo, há as comissões que são fundamentais, mas não há os fóruns estaduais de
527 trabalho escravo. Disse que acredita que as comissões sejam muito importantes, mas que
528 é preciso haver um diálogo muito grande entre fóruns estaduais e comissões e sobre como
529 será essa estrutura para potencializar o trabalho dos fóruns estaduais e não criar novas
530 instâncias. Afirmou ser um ponto sobre o qual não tem opinião formada, mas que gostaria
531 de colocar como uma preocupação.

532 O Sr. Roberto Padilha Guimarães pediu para fazer um comentário e explicou que está
533 anotando as prioridades para serem melhor debatidas depois e, até para pensar um pouco
534 no debate, pediu que se considere o momento em que se está do ano e as entregas que
535 terão que ser feitas e se há possibilidade de elaborar o plano e trabalhar com o fluxo ao
536 mesmo tempo e se o grupo tem capacidade para fazer esses dois trabalhos ao mesmo
537 tempo e se um não vai prejudicar o outro e se é possível tocar esses trabalhos com dois
538 grupos paralelos. Já, sobre a questão dos fóruns e das comissões, citou a sua experiência
539 do Rio Grande do Sul e enfatizou que os dois têm suas funções essenciais e que não se
540 confundem. Algumas até podem confundir, como o trabalho de sensibilização sobre o
541 trabalho infantil, mas em sua essência, são diferentes. Os fóruns, além das funções
542 primordiais de colocar na pauta o tema do trabalho infantil, sensibilizar e informar
543 também há um trabalho que se denomina *ombudsman* em relação às políticas públicas,
544 os fóruns estão como um *ombudsman* da política pública e as comissões, ele vê com uma
545 outra função: com um aspecto muito mais operacional no sentido de construção de um
546 fluxo estadual, construção de um plano. Explicou que, dentro da fiscalização do trabalho,
547 sempre teve facilidade em articular ações com outros órgãos, porque participava da
548 Comissão do Município de Porto Alegre de Erradicação e da Comissão Estadual e também
549 participava do Fórum. Mas, na Comissão Estadual é que se estabelecia, por exemplo, uma
550 estratégia entre a fiscalização, os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador e a
551 Secretaria Estadual de Assistência Social para o combate ao trabalho infantil, por exemplo,
552 na cultura do fumo. E, por outro lado, o fórum, pelo menos o do Rio Grande do Sul, tem o
553 papel de *ombudsman*, por exemplo, de verificar onde está faltando fiscalização. Já a
554 Comissão, pelo menos a estadual, não tinha essa função. Aí ele vê a diferença: uma mais
555 operativa e o fórum, além das suas funções, que já faz muito bem, como as campanhas,
556 com o papel de também dizer o que funciona e o que não funciona, onde deveria estar a
557 política.

558 A Sra. Katerina Volcov afirmou que não havia pensado nos fóruns como competidores das
559 possíveis comissões, mas que havia refletido em termos operacionais, mesmo porque os
560 fóruns, muitas vezes, provocam os Conselhos Estaduais de Direitos da Infância e da
561 Adolescência que, por sua vez, vão fazer com que se criem as comissões interestaduais
562 para criação do plano, para o enfrentamento ao trabalho infantil dentro do estado e isso
563 é um trabalho que já acontece com uma rede articulada. Citou como exemplo, o Conselho
564 Estadual e o Fórum que trabalham conjuntamente e que não vê problema em ser criada
565 uma comissão. Só pensava que, quando levarem algumas questões para os fóruns, talvez
566 eles digam que já trataram de alguns temas. Talvez seja um retrabalho e alguns estados
567 não sintam a necessidade de ter uma comissão. Comentou ser algo para se pensar.
568 Informou que o que ela tem ouvido dos Fóruns é essa provocação junto aos Conselhos
569 Estaduais e que Pernambuco é um exemplo, assim como o Fórum da Bahia, que também
570 tem provocado a respeito dessa institucionalização e onde é que vai dar essa comissão
571 intersetorial para pensar no plano estadual, para fazer justamente essa operação.
572 Ressaltou que, se houver alguma particularidade específica da comissão em termos
573 operacionais dentro do estado, como uma convergência 'x' ou um fluxo 'y', está bem e



574 que não via como competição, mas que se atente que, em determinadas localidades,
575 talvez isso já esteja funcionando.

576 Após, a Sra. Claudete Alves da Silva pediu que entendam a sua fala e que não a interpretem
577 como uma fala deselegante, mas que, representando a Central e ouvindo aqui algumas
578 falas, se sentiu provocada e acha que a Comissão é o lugar para falar sobre isso. Primeiro,
579 afirmou se sentir desconfortável por estar em um fórum onde a prioridade é dos acúmulos
580 técnicos, que ela respeita e vê como um imperativo e que parece que, até agora, tem sido
581 isso nesses poucos momentos que tiveram, porque ouviu, por exemplo, que a gestão
582 passada desta comissão não produziu nada, não realizou nada pelos mais diversos motivos
583 e que cada um tem a sua interpretação, mesmo por que o Ministério do Trabalho não
584 existia e está voltando, assim como os conselhos e as comissões. Explicou ser oriunda do
585 movimento sindical e ser professora também de educação infantil e universitária e que
586 prima pelo pragmatismo e que já se foi meio semestre e, em que pesem serem
587 importantes essas questões técnicas, comenta que gostaria de fazer três perguntas: com
588 o que efetivamente os representantes dos trabalhadores podem colaborar para que o ano
589 não seja perdido, já que, os últimos quatro anos o foram e que repercutiram segundo as
590 falas políticas, inclusive na perda de uma década. Disse que acredita ser importante não
591 sair dessa reunião sem essa definição. Enfatizou que, como representante do movimento
592 sindical, representando as centrais, desde o início da sua fala, perguntou se teriam algum
593 momento de, por exemplo, folheando o material, que lamentou não ter sido entregue no
594 dia anterior para que pudessem se debruçar, porque muitas das coisas que estão postas,
595 a grande maioria poderia dar uma colaboração efetiva para implementação da produção
596 técnica, da militância e que gostaria, se possível, de propor, nos seis meses que restam,
597 de analisar o plano passado, o que se fez efetivamente e o que é urgente, porque houve
598 um aumento, principalmente, na pandemia. A situação das crianças é gravíssima. Citou a
599 situação de bebês que são explorados no trabalho, de crianças alugadas nas grandes
600 capitais para ficarem coletando, os adultos usando os seus corpos infantis para auferirem
601 recursos. Finalizou ressaltando que gostaria de saber o que esperam dos representantes
602 dos trabalhadores e que sugere que, para a próxima reunião, digam quem já participou
603 antes da Comissão e, segundo, que essas pessoas que já participaram desse processo
604 pudessem fazer um relato para situar os novos integrantes dessa Comissão, para que de
605 fato possam se encontrar e dar alguma colaboração em uma questão tão importante.
606 Pediu desculpas caso tenha sido deselegante e que gostaria de saber se o material pode
607 ser disponibilizado *online* para que seja divulgado.

608 O Sr. Roberto Padilha Guimarães comentou que há várias questões. Primeira questão
609 sobre o que as entidades sindicais podem apoiar no combate ao trabalho infantil. Disse
610 que poderia dar a resposta, mas se alguém puder complementar e afirmou que o papel
611 das entidades sindicais no combate ao trabalho infantil é importantíssimo e que o Plano
612 Nacional e os fluxos não são institucionais, de órgãos públicos, de Ministérios. São fluxos
613 nacionais de todos os órgãos, sociedade civil, trabalhadores, empregadores e essa é a
614 composição da CONAETI: sociedade civil, trabalhadores, empregadores, sistema de justiça
615 e os órgãos públicos. Então, sobre a questão do desenvolvimento do Plano, indagou: o que
616 é o plano? E respondeu: o Plano é a nossa estratégia nacional e conterà o que deve ser
617 feito, o objetivo, e deverá ser verificado se está funcionando e se cada um está fazendo a
618 sua parte. Dentro do Plano, todos possuem ações e tarefas a fazer, dentro de suas
619 possibilidades e competências e o movimento sindical e os sindicatos também. Disse que
620 iria dar um exemplo do que se pode fazer e citou que haverá um evento no final do mês
621 junto com o sindicato de trabalhadores da indústria do calçado exatamente para discutir
622 com eles as questões relacionadas ao trabalho infantil na indústria calçadista e que será



623 uma conversa direta para falar sobre legislação, para saber o que podem fazer. Comentou
624 que o movimento sindical e o sindicato dos trabalhadores, para a auditoria fiscal do
625 trabalho, são parceiros importantíssimos porque trazem subsídios para dizerem muitas
626 vezes onde é que está o problema e aonde a fiscalização deverá ir. Comentou que existem,
627 portanto, vários pontos em que o movimento sindical pode atuar no combate ao trabalho
628 infantil. E voltou a enfatizar que, com relação ao plano, todos terão ações e os sindicatos
629 também terão ações dentro desse plano que será construído por todos conjuntamente.
630 Em seguida, comentou sobre o manual e que gostaria de ter impresso três mil, quatro mil,
631 cinco mil cópias, mas que, infelizmente, não havia verba para isso e que conseguiram a
632 duras penas, com custo muito grande, imprimir cem cópias e avisou que já foi
633 disponibilizado em meio eletrônico e que será disponibilizado para o grupo de WhatsApp
634 da CONAETI assim que ele for criado. Após, iniciou a recapitulação dos problemas que
635 ocorreram da CONAETI passada. Comentou que muitos dos que estão presentes na
636 CONAETI de agora estavam na passada, que era coordenada pelo Ministério de Direitos
637 Humanos, e que seu problema era, primeiro, o sistema de votação, e hoje o sistema é mais
638 claro, formado por maioria absoluta presente e maioria simples vota. Na anterior, não
639 havia isso, era por consenso e uma pessoa que não admitisse parava tudo, era um
640 consenso de cem por cento. Já começava aí o problema e outro problema era que CONAETI
641 era subordinada ao Conselho Nacional do Trabalho (CNT). Ela não era uma Comissão. A
642 Comissão agora está abaixo do Ministro do Trabalho, antes, estava abaixo do CNT, então
643 qualquer deliberação estava dentro do sistema do CNT, que é um outro sistema em que
644 todos que participam do movimento sindical sabem, é um sistema por bancada de
645 trabalhadores, empregadores. Então, por todos esses motivos, havia dificuldades de
646 funcionamento da Comissão. Citou que, dentro da CONAETI foi escrita uma nota contra a
647 PEC 18, mas dentro desse sistema burocrático do CNT, a nota não foi adiante. O que se
648 buscou agora com o Decreto foi corrigir esses problemas inserindo forma de votação,
649 forma de organização, há as competências definidas de maneira clara para os objetivos da
650 CONAETI, o que já é o escopo do regimento. Citou que o regimento foi uma discussão
651 longa na CONAETI passada, porque o Decreto era muito econômico nisso. Comentou que
652 os objetivos são cumprir suas competências legais: de elaborar o plano, avaliar o plano,
653 avaliar as políticas, as ações e, no final, o objetivo maior que é acelerar as ações de
654 combate ao trabalho infantil. Ao final, perguntou se conseguiu responder todas as
655 perguntas.

656 A Sra. Claudete Alves da Silva respondeu que ele conseguiu responder todas as questões
657 e que ela se localizou e agradeceu.

658 Em seguida, a Sra. Ana Maria Villa Real Ferreira Ramos comentou que a Sra. Marta Volpi
659 gentilmente permitiu que ela passasse a sua frente, pois teria que sair da reunião. Explicou
660 para Claudete Alves da Silva que acompanhou o fim da CONAETI anterior, ainda sob a
661 égide do outro governo e que foi uma CONAETI que não existiu, era vazia de propósitos e
662 embarreirada por questões burocráticas. Explicou que não se fez nada. Explicou que
663 protestava em toda reunião pela tentativa de embarreirar os debates, sobretudo as
664 representações empresariais de interditar, caçar a voz da sociedade civil. Concluiu que era
665 uma CONAETI que não existiu, era vazia, não se discutia absolutamente nada relacionado
666 ao trabalho infantil. Citou que nem a nota contra a PEC 18, foi possível soltar. E comentou
667 que, com a leitura do Plano pelas centrais sindicais, elas poderão colaborar ainda mais. E
668 citou um exemplo: negociação coletiva envolvendo cota de aprendizagem. Há muitas CCTs
669 e ACTs envolvendo cota de aprendizagem, em que os sindicatos dos trabalhadores
670 também compactuam com a flexibilização da base de cálculo. Então, essa seria uma pauta
671 que as centrais poderiam levar para as bases, pois a aprendizagem profissional está no



672 Plano como uma estratégia fundamental de enfrentamento ao trabalho infantil, porque é
673 uma política voltada para adolescentes de 14 a 18 anos prioritariamente e a maior
674 incidência de trabalho infantil no Brasil, 80%, está exatamente na faixa etária de 14 a 18
675 anos. Então, é uma política de combate ao trabalho infantil, de combate à evasão escolar.
676 A Educação também é uma pauta importante. Citou inclusive uma matéria grande que
677 saiu no jornal Folha de São Paulo tratando sobre adolescentes saindo da escola para
678 trabalhar. Observou que o início da Comissão é mais complicado, é um pouco mais
679 amarrado mesmo, pois se trata de temas mais burocráticos sobre a organização das
680 reuniões, horários etc., mas que, com o tempo, se todos se debruçarem sobre o Plano, e
681 ver com o quê cada um pode contribuir, verificando o que funcionou ou não, será melhor.
682 E cita que fez o comentário para trazer um pouco de conforto à Sra. Claudete Alves da
683 Silva. Comentou que agora está com uma nova expectativa, obviamente, porque quem fez
684 parte da CONAETI passada sabe que foi uma mentira e que agora há uma expectativa de
685 que os trabalhos vão caminhar. Citou que esteve na 5ª Conferência de Durban, no ano
686 passado, sobre eliminação do trabalho infantil e pôde ver como os sindicatos de
687 trabalhadores são ativos no combate ao trabalho infantil. Na África, há uma questão de
688 territórios, das comunidades muito forte. Esse contato das Centrais com as bases é
689 importante, inclusive, no sentido de conscientizar os trabalhadores sobre o tema. A leitura
690 do Plano também trará isso. Comentou que o Plano é simples e que até poderia ser mais
691 arrojado e que há algumas formas de trabalho infantil que o Plano realmente não traz
692 diretrizes ou soluções, por exemplo, trabalho infantil no tráfico de drogas, que é um tema
693 difícil, que a sociedade só olha sob o viés criminal. Citou o exemplo do sul da Bahia em
694 que se achava que o problema era o trabalho infantil na produção de cacau e se percebeu
695 que a região está tomada pelo tráfico de drogas. Concluiu que é necessário se debruçar
696 sobre essas questões e finalizou dizendo que essa primeira reunião é mesmo burocrática,
697 mas que, com o tempo, melhora e haverá possibilidade de todos contribuírem e, por esse
698 motivo, convidou a todos que façam uma leitura do Plano. Em seguida, comentou que
699 gostaria de colocar um segundo ponto sobre o Programa Jovem Aprendiz e explicou que
700 há uma pauta econômica embutida envolvendo um forte *lobby* empresarial junto ao
701 Congresso Nacional e exemplificou que, primeiramente, em 2021, houve uma tentativa
702 de redução da idade mínima para o trabalho, por meio de uma PEC, e, em 2022, foi a vez
703 da Aprendizagem Profissional, em que se tentou derrubar a cota ou elitizá-la, resultando
704 na edição de uma Medida Provisória que enfraqueceu muito essa política. A temática foi,
705 inclusive, levada à discussão na CONAETI, já que a aprendizagem era uma estratégia
706 importante de enfrentamento ao trabalho infantil, mas, havia resistência das
707 representações empresariais que apoiavam o enfraquecimento da cota de aprendizagem,
708 juntamente com o governo anterior. Houve uma verdadeira destruição, a Medida
709 Provisória foi bloqueada no Congresso Nacional e o Decreto perdeu vigência esse ano.
710 Alertou que, com o tempo, todos perceberão a correlação de forças e os propósitos
711 envolvidos e que há hoje um Regimento Interno verdadeiramente democrático, pois na
712 lógica anterior do consenso não era possível votar nada.

713 O Sr. Roberto Padilha Guimarães solicitou que as falas sejam mais breves para que se dê
714 conta da pauta.

715 A Sra. Marta Volpi pediu a palavra e resgatou a fala da Sra. Ana Maria Villa Real Ferreira
716 Ramos a respeito da participação dos adolescentes e sugeriu que o Comitê de Participação
717 Adolescente do CONANDA seja convidado para participar das reuniões da CONAETI,
718 porque é fundamental que os adolescentes se manifestem em relação ao trabalho infantil
719 e ao trabalho protegido do adolescente. Citou que há muito trabalho infantil a partir dos
720 14 anos de idade e que há essas formas de trabalho sobre as quais não se fala muito e



721 citou também a questão dos trabalhos na *internet*. Disse acreditar ser muito importante
722 que o adolescente possa trazer a sua visão, a sua vivência e que foi um pedido formal do
723 CONANDA para que os adolescentes sejam convidados a participar, especialmente agora
724 em que foi deliberada a possibilidade de reuniões em formato híbrido, o que facilitará
725 muito a participação e agradeceu.

726 A Sra. Ana Carla Costa Rocha comentou que, para fins de encaminhamento, que haja mais
727 agilidade e objetividade para que não se perca tempo e propôs que, paralelamente à
728 construção do Regimento Interno, seja constituído ainda hoje um primeiro grupo de
729 trabalho para começar a discutir a revisão do plano. Lembrou que a OIT já ofereceu uma
730 tecnologia para se fazer a avaliação metodológica. Propôs, então, trazer o plano que foi
731 construído na região sul e iniciar imediatamente os trabalhos. Comentou que, como
732 representante do MDS, gostaria muito de começar logo, pois foi um tema muito
733 negligenciado e finalizou dizendo que o MDS também formalizou um “Prodoc” com a OIT
734 e que está ali para trabalhar e que o ideal seria sair de cada reunião ordinária já com
735 encaminhamentos, com datas, com pautas e que as discussões fossem feitas nos GTs.

736 A Sra. Andreia Figueira Minduca afirmou que gostaria de tratar de uma questão
737 operacional com relação aos 3 pontos que foram colocados: Plano Nacional, fluxo nacional
738 de atendimento às vítimas e as comissões estaduais. Disse que, pensando na última
739 experiência, acredita que há muito otimismo em conseguir tratar o plano nacional e o
740 fluxo nacional agora. Comentou que a OIT fez o último acompanhamento e que foram dois
741 anos até conseguir chegar à normatização e que ainda há pendências, por exemplo, com
742 o Ministério da Saúde, há também questões mais específicas a serem tratadas, como
743 trabalho escravo doméstico. Sugeriu que se comece a trabalhar esses pontos como
744 prioritários, mas que seria muito otimismo achar que seriam finalizados ainda neste ano.
745 E que, sobre a questão das comissões estaduais, gostaria de ressaltar a fala da Sra. Maria
746 Cláudia Falcão de que isso precisa ser bem dialogado com os fóruns, no sentido de que
747 não se trata de uma competição, para que não haja um esvaziamento dos fóruns. Porém,
748 acredita que as comissões sejam uma instância importante, como citou o Sr. Roberto
749 Padilha Guimarães, para a questão operacional e de responsabilidade do estado, pois elas
750 são vinculadas a uma secretaria estadual, possuem orçamento, o que gera melhores
751 condições para se implementar os trabalhos, assim como maior visibilidade das pautas e
752 agenda com outras instituições. Porém, ressaltou a necessidade de se fazer de maneira
753 bem dialogada com os fóruns. Disse que acredita também que não se conseguirá tudo
754 agora, mas que é importante que se comece.

755 O Sr. Roberto Padilha Guimarães retomou a palavra, expôs que anotou as considerações
756 e afirmou que lhe pareceu que a prioridade número um seria o Plano Nacional e que as
757 comissões poderiam ser pensadas não como uma prioridade, mas como algo
758 complementar e, sugeriu trazer a experiência de outros estados para a Comissão, tanto a
759 citada pela Sra. Katerina Volcov, quanto a experiência do Rio Grande do Sul que, inclusive,
760 possui as duas comissões e, à medida que as discussões forem avançando, definiriam
761 melhor os próximos passos. Citou que a única dúvida que fica e que gostaria de trazer
762 como um ponto de deliberação é se darão conta de trabalhar ao mesmo tempo a
763 construção do fluxo com um grupo daqui participando do GT e outro grupo participando
764 do plano nacional ou se seria melhor começar por um deles. Comentou que podem criar
765 um grupo de trabalho, mas que, chegará um ponto em que todos da Comissão terão uma
766 tarefa, como a de compilar as ações, conversar com as nossas bases para ver o que pode
767 entrar no plano. Pensar sobre as condições e o que será possível fazer ou não. E, sobre a
768 questão do fluxo, o pessoal do Ministério dos Direitos Humanos sabe bem como foi com
769 a questão do fluxo do trabalho escravo. Pediu que as manifestações fossem breves.



770 A Sra. Katerina Volcov indagou se é fundamental que o Plano esteja pronto esse ano e
771 pergunta qual é o *deadline*, qual é o prazo final? Citou que acabaram de fazer o 12 de
772 junho. Para quando ficaria o Plano? Para o 10 de dezembro, Dia dos Direitos Humanos?
773 Ou talvez se devesse pensar em ter um plano para apresentar no ano que vem? E
774 comentou que, fazendo o seu *merchandising*, no ano que vem o Fórum faz 30 anos.
775 Ressaltou que um ano é diferente de seis meses. Comentou sobre o “Prodoc” da OIT com
776 o MDS que está em andamento, desde meados do ano passado e que seria interessante
777 que apresentassem o que fizeram nesse período. Ressaltou que o “Prodoc” é muito
778 importante porque há recursos do PETI. Essa informação é importante até para terem uma
779 ideia de fluxo ou para fazer uma consultoria especializada. Sugeriu que coloquem a
780 entrega do Plano para o próximo 12 de junho, pois não consegue vislumbrar uma
781 finalização no 10 de dezembro.

782 Em seguida, o Sr. Roberto Padilha Guimarães perguntou a respeito de se tocar Plano e
783 fluxo em paralelo.

784 E a Sra. Katerina Volcov respondeu que sim: tocar os dois em paralelo para entregar em
785 junho do ano que vem.

786 A Sra. Marta Volpi disse que concorda com a Sra. Katerina Volcov e que achava que o fluxo
787 será trabalhoso, mas que é urgente, pois precisam saber qual o encaminhamento deve ser
788 dado. Comentou que o nacional precisa dar uma resposta, porque a ponta sofre esse
789 problema e, no final, é nela que se sente quando se encontra uma criança em situação de
790 trabalho infantil e não se sabe o que fazer. Comentou que vale a pena tentar fazer em
791 paralelo, pois é importante para a causa. E a respeito do recurso do PETI, que foi
792 mencionado, disse que também acredita ser importante que se saiba qual foi o seu valor
793 e identificá-lo no orçamento e lembrou que o CONANDA vai trabalhar o Plano Nacional
794 dos Direitos da Criança e do Adolescente e que acreditava que poderiam ir evoluindo
795 conjuntamente e que seria fundamental ter o fluxo, pois, para ela, o Plano, sem o fluxo, é
796 vazio. Afirmou que não tem sentido, ter um Plano e não estabelecer como se opera, pois
797 ambos se completam. Ao final, agradeceu.

798 O Sr. Roberto Padilha Guimarães comentou que já tiveram, de um Plano para outro, um
799 *gap*, um período sem Plano. Então, não seria algo inédito, pois isso já aconteceu.

800 A Sra. Andreia Figueira Minduca disse que se sentia contemplada com o que a Sra. Marta
801 Volpi e a Sra. Katerina Volcov propuseram e que acreditava que, se fosse pensar em um
802 horizonte de entrega para o ano vem, seria possível fazer Plano e fluxo conjuntamente.
803 Disse ser importante colocar o fluxo dentro do Plano, pois é um problema quando não se
804 institucionaliza e até mesmo por uma questão de prestação de contas da política.
805 Comentou que, no MDHC, há o fluxo e o pacto, mas que não estão inseridos no plano,
806 porque este está muito defasado e ninguém quis atualizar nos últimos quatro anos. Então,
807 achava importante trabalhar no sentido dos dois ao mesmo tempo e questionou como
808 seria feito e comentou que a Coordenação do seu Ministério sempre acompanhou tudo
809 bem de perto, o que é trabalhoso, sem contar todas as outras demandas que virão junto.
810 Afirmou que achava ser possível fazer, mas não mais do que isso.

811 Sra. Ana Carla Costa Rocha comentou que, aproveitando que MDHC e CONANDA estavam
812 presentes, que há uma proposta de uma Resolução Conjunta em relação ao trabalho
813 infantil. Contou ter se posicionado pedindo para que aguardem pelo menos um ano,
814 porque há o “Prodoc” e o Pacto de Enfrentamento que está sendo assinado por todos os
815 Ministérios e que estão junto com MDHC fazendo o evento Sinase em que estão
816 percorrendo todo o Brasil por regiões, fazendo um paralelo e um recorte do olhar do
817 trabalho infantil no tráfico de drogas e sua correlação com as medidas socioeducativas e
818 que terão esses dados no ano que vem. Por esse motivo, o seu posicionamento é que a



819 Resolução Conjunta seja postergada e que ela contenha uma proposta de fluxo, e que não
820 há como aprovar no CONANDA sem discutir com CONATRAE e CONAETI. Afirmou que seria
821 necessário que, quando saísse uma Resolução do CONANDA, que ela fosse pontuada na
822 CONAETI e no Fórum.

823 A Sra. Marta Volpi comentou que a ideia da Resolução foi polêmica dentro do CONANDA
824 também e que foi um documento que diz o óbvio e que foi ressaltado que o Plano seria
825 feito na CONAETI e que a discussão mais robusta se daria no âmbito da Comissão. A
826 Resolução era óbvia, porque afirmava que trabalho infantil é violência e que é função do
827 Conselho Tutelar apurar a situação. Há questões com o Conselho Tutelar, com as
828 abordagens, alguns dizem que a polícia que tem que verificar, outros, que seria o Conselho
829 Tutelar ou a equipe de abordagem e, enquanto isso, o tempo está passando e a criança
830 está em situação de risco. A partir do momento em que há uma denúncia, alguém precisa
831 tomar uma providência. A Resolução tentava dizer o óbvio com a intenção de trazer um
832 funcionamento mínimo. Não era para conter nada de extraordinário, era para ser básica
833 mesmo.

834 Sra. Ana Carla Costa Rocha comentou que se perde tempo ao trazer uma resolução do
835 CONANDA para dizer aquilo que já tem.

836 O Sr. Roberto Padilha Guimarães pediu objetividade, pois já eram quinze para o meio-dia
837 e havia várias questões a serem pautadas.

838 A Sra. Katerina Volcov enfatizou que era necessário dizer o óbvio e comentou que não se
839 devia “jogar o Mateus com a bacia”. Ressaltou que foi fundamental que a Resolução
840 tratasse o trabalho infantil como uma violência, pois, até então, não se tem falado sobre
841 isso. Sempre trataram como uma violação de direitos: nos *posts*, nas matérias, nas análises
842 de comunicação conceitual sobre o que que é trabalho infantil. Nunca apareceu como
843 violência e trazer esse ponto à luz é importante. Porém, concordava que muitas resoluções
844 tratavam do óbvio e que esta será mais uma, porém, ela é fundamental no sentido de
845 trazer uma conceituação técnica importante, porque dá todo um novo sentido para se
846 olhar para um tema que tem sido negligenciado. Disse que, quando se pensa em
847 exploração sexual, trata-se como violência e, quando se fala de trabalho infantil, não se vê
848 desse modo e a resolução traz essa perspectiva. Finalizou dizendo que é importante que
849 se tenha em mente de que se trata sim de uma violência.

850 O Sr. Roberto Padilha Guimarães afirmou que, só para deixar clara a questão da Resolução,
851 que gostaria de pedir que quando tiver um documento como uma resolução para ser
852 submetida para a CONAETI que fosse formalizado no encaminhamento do *e-mail*, junto
853 com um pedido para ser incluído em pauta para apreciação. Comentou que, colocadas as
854 posições, gostaria de agregar mais uma questão: dos dados do Censo 2022, que deveriam
855 ser trabalhados no Plano Nacional, pois são a base numérica e de estatística para o
856 planejamento do Plano. E coloca o tema para apreciação. E, fechando a pauta de
857 prioridades, comentou que irão cuidar dos dois temas em paralelo: fluxo e Plano e que
858 não há necessidade de se preocuparem com o *gap* de ausência de plano, pois isso já
859 aconteceu e que o mais importante é trabalhar com os dados do Censo e com todas as
860 variantes e questões e que um plano às pressas não permitiria que se atingisse um
861 objetivo maior, que é o de acelerar o ritmo da erradicação. Em seguida, colocou a seguinte
862 pauta: que quem não estivesse de acordo em tocar os dois temas em paralelo, fluxo e
863 plano, que se manifestasse. Decidiu-se então que o plano nacional e o fluxo nacional de
864 atendimento de crianças e adolescentes serão as duas pautas de trabalho que serão
865 tocadas daqui para frente. E quanto aos grupos de trabalho, não tratarão agora, pois
866 dependem do Regimento Interno que será decidido na reunião extraordinária, assim
867 como serão tratados os grupos de trabalho desses dois temas. E, para adiantar, comentou



868 que seria importante que a participação do grupo de trabalho implicasse em trabalho e
869 entregas e isso tem a ver com a disponibilidade de cada um, porque implicará, muitas
870 vezes, em dedicação fora do nosso horário normal de trabalho. Na reunião extraordinária
871 do dia 18, tratarão do Regimento Interno e dos grupos de trabalho nos dois temas. Quanto
872 à questão da participação dos adolescentes e da entidade, disse que há duas questões
873 que podem ser discutidas: a da participação na reunião, que já é assegurada pelo
874 parágrafo terceiro, do artigo 16 do Decreto e que, o que poderia ser feito, é um pedido
875 formal para ser trazido para apreciação. Solicitou a leitura do parágrafo citado para
876 verificar os termos exatos do pedido para ser encaminhado formalmente para apreciação.
877 E, quanto ao último tema, seria o de definir o dia da reunião de dezembro e disse que, nos
878 dias 12 e 13, a sala estaria ocupada. Citou os dias 11 e 14 de dezembro ou os dias 04, 05
879 ou 07 de dezembro e colocou como proposta o dia 07 de dezembro, quinta-feira, para a
880 quarta reunião ordinária do ano. A proposta foi aceita pelos presentes. Então, a reunião
881 ordinária ficou para o dia 07 de dezembro, das 14 às 17h. Em seguida, pediu para
882 confirmar se alguém da Confederação Nacional do Turismo estava presente e disseram
883 que não. Perguntou também sobre a Confederação Nacional da Saúde e disseram que
884 estava presente. **Conclusão e encerramento:** Após, deu por encerrada a reunião e
885 agradeceu a presença de todos e de todas e que esperava que todos tivessem um ótimo
886 trabalho na Comissão.